

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTANIA

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante
DEZEMBRO(31/12/2022)

Page 1

ISOLADO: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTANIA

TITULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE	
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF .RP NAO PROC. LIQ			
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA		
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS								
EXERCÍCIO 2021	30.187,98	0,00	30.187,98	0,00	0,00	0,00	0,00	
EXERCÍCIO 2022	0,00	125.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.190,00	
Sub-total	30.187,98	125.190,00	30.187,98	0,00	0,00	0,00	125.190,00	
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS								
EXERCÍCIO 2021	199.977,74	0,00	154.766,76	45.210,98	0,00	0,00	0,00	
Sub-total	199.977,74	0,00	154.766,76	45.210,98	0,00	0,00	0,00	
DEPÓSITOS E CONSIGNACÕES								
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	196,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	196,56	
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	11.974,16	172.251,25	183.848,65	0,00	0,00	0,00	376,76	
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	8.374,48	155.460,93	155.460,93	0,00	0,00	0,00	8.374,48	
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	0,00	3.462,06	3.462,06	0,00	0,00	0,00	0,00	
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-0,03	174.984,21	174.984,21	0,00	0,00	0,00	-0,03	
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	17.700,37	17.700,37	0,00	0,00	0,00	0,00	
Sub-total	20.545,17	523.858,82	535.456,22	0,00	0,00	0,00	8.947,77	
TOTAL	250.710,89	649.048,82	720.410,96	45.210,98	0,00	0,00	134.137,77	



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DÍVIDA FLUTUANTE

INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da Entidade: Sertania Câmara Municipal de Vereadores
CNPJ: 11.463.247/0001-60
Natureza Jurídica da Entidade: 106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
Principais Atividades da Entidade: 84-11-6-00 - Administração Pública em Geral
Domicílio da Entidade: Praça Joao Vale, SN, Sertania -PE
Natureza das Operações e Principais Atividades da Entidade: A Câmara Municipal de Sertania possui natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo”, sendo sua atividade classificada como: “Administração Pública em Geral”. Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art. 29-A da Constituição Federal 1988. O texto ao artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com Inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do Art. 153 e nos Arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000).I-7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58 de 2009) (Produção de Efeito).
Dados do Presidente: Antonio Henrique Ferreira dos Santos Início da Gestão: 01/01/2021 .
Dados do Contador: Nome: Inalda Maria Santiago da Silva CRC: PB 006176-0/OT PE. E-mail: inaldasantiago1@outlook.com
Declaração de Conformidade com a Legislação e com as normas de Contabilidade Aplicáveis: A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Sertânia compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www.camaradesertania.pe.gov.br

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.

Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das Internacionais Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.



Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 7º Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, apresentando a Dívida Flutuante do Poder Legislativo que são os compromissos prontos para pagamento, ou seja, que independem de autorização orçamentária para serem realizados, que foi contraída, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa. Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende: I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; II - os serviços da dívida a pagar (parcelas de amortização e de juros da dívida fundada); III - os depósitos (consignações ou cauções e garantias recebidas em função de execução de obra pública, por exemplo); IV - os débitos de tesouraria (ARO – operações de crédito por antecipação de receita destinadas a cobrir insuficiências de caixa ou tesouraria).

Bases de Mensurações Utilizadas:

No Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação das dívidas e dos valores consignados e dos restos a pagar inscritos no exercício..

Novas normas e políticas contábeis Alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas nos Demonstrativos de Variações Patrimoniais.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante..

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

Modelo de Elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante:

O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo seguiu a metodologia da IPC – Instruções de Procedimentos Contábeis 05 e pela exigência da Resolução TC 189/2022

Nota 1 - Dívida Flutuante:

A dívida flutuante desta casa legislativa totalizou R\$ 134.137,77.

Nota 2 - Restos a Pagar Processados:

Houve a inscrição de R\$ 125.190,00 de restos a pagar processados e o pagamento de R\$ 30.187,98.

Restos a Pagar Não Processados

Houve o pagamento de R\$ 154.766,76 e o cancelamento de R\$ 45.210,96 de restos não processados em 2022.

Depósitos e Consignações

O valor dos depósitos e consignações referente a retenção de INSS, RPPS, imposto de renda, ISS e empréstimos consignados que veio um saldo de 2021 de R\$ 20.545,17, durante o ano houve a inscrição de R\$ 523.858,82 e o pagamento de R\$ 535.456,22 restando um saldo credor de R\$ 8.947,77

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não se aplica a este demonstrativo.



Divulgações não Financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro:

Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.